

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª. REGIÃO
XIV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO

2ª. FASE

PROVA ESCRITA, DISSERTATIVA

Comissão Examinadora:

Maria Rejane Sampaio dos Santos
Grijalbo Fernandes Coutinho
Jorge Luiz Souto Maior

1. Segundo a jurisprudência dominante, a chamada terceirização de mão-de-obra, no âmbito interno de uma empresa, naquilo que se constitui sua atividade-meio, desde que não haja subordinação direta, exclui a configuração do vínculo de emprego entre a tomadora dos serviços e os trabalhadores, formando-se a relação empregatícia entre estes e a empresa prestadora dos serviços.

Pergunta-se:

- a) Há no ordenamento jurídico, sob o ponto de vista constitucional, legal e principiológico, fundamentos a embasar tal solução? Discorra a respeito.
- b) Enfrente o tema da terceirização de mão-de-obra promovida pelos entes estatais internos, em confrontação com os princípios que orientam a Administração Pública.

2. Nos termos do Regulamento Interno de uma mesma empresa X, os trabalhadores aposentados têm assegurada a paridade remuneratória com relação aos empregados em atividade, em razão de plano de previdência complementar instituído e mantido pela referida empresa.

No âmbito da categoria econômica desta empresa, foi firmada Convenção Coletiva, prevendo um reajuste salarial, em percentual de 10%.

Esta empresa, no entanto, realizou com o sindicato representativo da categoria de seus empregados Acordo Coletivo, prevendo estabilidade no emprego pelo período

de 12 (doze) meses, além de reajuste salarial de 2%, acompanhado de um abono, restrito aos trabalhadores em atividade, em parcela fixa de R\$1.000,00, declarado de caráter indenizatório, tudo isto em troca da não concessão do reajuste salarial previsto na Convenção Coletiva.

Pergunta-se:

- a) Houve ofensa a algum direito dos trabalhadores aposentados? Fundamente a resposta.
- b) Algum direito dos empregados em atividade desta empresa foi violado? Fundamente a resposta.

3. Tendo à vista a ampliação da competência da Justiça do Trabalho para julgar conflitos decorrentes do acidente do trabalho, responda:

- a) Qual a prescrição aplicável?
- b) Qual o tipo de responsabilidade (subjativa ou objetiva) do empregador quanto ao acidente do trabalho?

4. Sabe-se que a questão pertinente à prova (demonstração dos fatos alegados) é de extrema importância para a concretização dos ideais propugnados pelo movimento do acesso à justiça. A respeito desta matéria, pede-se:

- a) Conceitue o instituto da distribuição do ônus da prova.
- b) Em que consiste a inversão do ônus da prova?
- c) Como se dá a inserção dos institutos anteriores no processo do trabalho?

5. Conceitue inconstitucionalidade, apontando as formas de sua arguição e trate, de forma objetiva, acerca do controle da Constituição sobre o ordenamento jurídico pré-existente.